
MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1- ATAS
 - 1.1- Reunião Solene Destinada à Instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura
 - 1.2- 33ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamen- tária
 - 1.3- 34ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamen- tária
 - 2- MATÉRIA VOTADA
 - 2.1- Plenário
 - 3- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO
 - 4- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-
-

ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DESTINADA À INSTALAÇÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 1996

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

SUMÁRIO: ABERTURA - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Declaração de instalação - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem governamental - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO**.

ABERTURA

- Às 10h30min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Cléuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Ferraz - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Marcelo Gonçalves - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência nomeia os Deputados Péricles Ferreira, Gilmar Machado e Carlos Murta para, em comissão, introduzirem no Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a compor a Mesa os Exmos. Srs. Dr. Arésio Dâmaso, DD. Procurador-Geral do Estado e representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça; Dr. Alysso Paulinelli, Secretário de Agricultura; Deputado José Militão, Secretário de Assuntos

Municipais; Deputado Mauro Lobo, Secretário de Ciência e Tecnologia; Deputados Federais Édson Soares e Maria Elvira; Dr. Epaminondas Fulgêncio, Procurador-Geral de Justiça; e Deputado Rêmoló Aloise, 1º-Secretário desta Casa.

Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - Convido os presentes a assistir, de pé, ao ato solene de instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária desta legislatura.

Declaro instalada a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir, de pé, a execução do Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

Leitura de Mensagem Governamental

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Arésio Dâmaso, DD. Procurador-Geral do Estado, para a leitura de mensagem governamental, por delegação do Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Sr. Arésio Dâmaso - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Agostinho Patrús; Exmo. Sr. 1º-Secretário, Deputado Rêmoló Aloise; Exmos. Srs. Deputados. (- Lê:)

Mensagem Governamental

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, compareço a esta reunião inaugural de mais um ano legislativo para entregar a esta egrégia Assembléia a mensagem que expõe a situação geral do Estado e as realizações do Governo em 1995 e para apresentar, a V. Exa. e aos nobres Deputados, o plano de Governo para este ano.

Meu comparecimento a esta Casa, representando o Sr. Governador, vai além do cumprimento do dever constitucional. Tem, também, o propósito de expressar o compromisso da atual administração de manter e aprofundar, dentro das melhores tradições de Minas, os laços entre Executivo e Legislativo, condição imprescindível para que Minas Gerais possa concretizar sua trajetória de progresso econômico com justiça social, objetivo maior do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

É assim, aliás, que, em Minas, temos tido a oportunidade de contar com a harmonia entre os três Poderes, cada qual com suas respectivas missões e guiados por princípios próprios, mas com os objetivos de garantir aos mineiros os direitos constitucionais e de buscar o desenvolvimento em sua plenitude. É assim, também, que nosso Governador pretende conduzir as ações governamentais, neste e nos próximos anos, na convicção de que as relações entre Executivo e Legislativo expressem os compromissos inalienáveis de ambos com uma única causa - o progresso econômico e a justiça social.

O texto constitucional prevê para o início da legislatura o envio de duas mensagens, contendo, uma, os planos de Governo, e a outra, a prestação de contas das principais realizações do Governo no exercício findo. No momento, dentro do espírito constitucional, cabe-me trazer a esta augusta Assembléia os planos de Governo para 1996, insertos nos programas, projetos e ações definidos no PMDI e detalhados, do ponto de vista tático e operacional, no Plano Plurianual de Ação Governamental 1996/1998 e no orçamento de 1996.

Devo ressaltar, a propósito, que esses três documentos, que já mereceram a aprovação desta Casa no ano passado, reintroduzem em nosso Estado a prática do planejamento, tão necessária em situação como a atual, quando a estabilidade macroeconômica já permite previsões e o pensar no futuro, mas não dispensa a necessária prioridade de áreas e ações governamentais do ponto de vista da alocação de recursos públicos.

Na apresentação da mensagem, o Sr. Governador destaca várias circunstâncias e realizações que marcaram o primeiro ano de sua administração.

O agravamento das condições das finanças públicas foi, sem dúvida, o problema mais marcante, tendo imposto ao Estado a necessidade de vários e difíceis ajustes e o reordenamento de gastos. É por isso, portanto, que o reequilíbrio das contas públicas continuará sendo, em 1996, a maior preocupação do Governo.

Importante ação nesse contexto é a participação do Estado no Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, iniciativa do Governo Federal, que neste início de ano viabilizou para Minas Gerais recursos de R\$190.000.000,00, que serão utilizados para pagamento de compromissos em atraso. O alongamento de outros R\$150.000.000,00 de dívida de curto prazo, com refinanciamento em 30 meses, vem sendo também viabilizado.

O Estado deverá ainda, em 1996, dar prosseguimento aos estudos e às negociações referentes à dívida interna tanto com instituições federais quanto com instituições privadas.

Por outro lado, a continuidade de diversos programas em andamento, com recursos internacionais, mereceu desta administração dedicação especial, o que se concretizou por meio de ajustes necessários em vários deles e do esforço de acelerar sua efetiva implantação, não obstante os problemas financeiros.

A captação de novos recursos, tendo em vista a implantação de outros projetos estratégicos para o Estado, constituiu outra frente de trabalho em 1995.

Desse modo, para 1996, duas das principais ações, que já vêm merecendo toda a atenção da equipe do Governo, são: a primeira, a agilização e o prosseguimento dos vários projetos em execução, entre eles a duplicação da Fernão Dias, o SOMMA, o PROSAM, o Jaíba; a segunda, a continuidade das negociações com organismos internacionais e com órgãos federais pertinentes, tendo em vista novos projetos, entre os quais se destacam o PDI-JEPAR, o PRÓ-SUS, a reforma do Estado e o Programa de Rodovias Alimentadoras. São, ao todo, oito importantes projetos, vários deles decorrências diretas das diretrizes do PMDI, que somam recursos de financiamento e de contrapartidas da ordem de R\$3.000.000.000,00. Para 1996, nossa expectativa é a de que possamos concretizar a assinatura de alguns deles.

A atração de novos investimentos privados para o Estado, como também destaca o Sr. Governador em sua mensagem, constituiu outra importante frente de trabalho em 1995, sendo que já estão contabilizados, com base em projetos industriais decididos em 1995, investimentos de R\$6.000.000.000,00. Esses projetos, que deverão ser implantados neste e nos próximos 2 ou 3 anos, permitirão a geração de 28 mil empregos diretos.

O esforço de atração de novos empreendimentos vem merecendo da parte do Sr. Governador e de sua equipe, neste ano, atenção prioritária. Considerando o novo ciclo de crescimento que se inicia no País, considerando nossas potencialidades e os mecanismos institucionais já montados no Estado e contando com uma política industrial clara e objetiva, aprovada pelo Conselho de Industrialização de Minas Gerais, pode-se afirmar que tal esforço, com certeza, será uma das ações mais importantes em 1996 em prol do progresso econômico do Estado.

Além dessas três frentes de trabalho que já vêm tendo prosseguimento em 1996, a implantação dos programas e projetos definidos no PMDI, com certeza, marcará o segundo ano da atual administração.

É nesse sentido que as principais ações e esforços dos órgãos e entidades da administração pública estadual estão direcionados, desde o ano passado, para os trabalhos e estudos necessários à implantação dos seis programas estruturantes, dos programas prioritários e das diretrizes das diversas políticas públicas definidas no PMDI.

Em um esforço de síntese, necessário a um solenidade como esta, permitam-me, Srs. Deputados, destacar algumas dessas ações e iniciativas:

1 - Com relação ao programa estruturante Reforma e Modernização do Estado, o maior destaque vem sendo dado à reforma administrativa, não apenas como decorrência das adversidades impostas pela crise das finanças públicas e pela necessidade premente de adequar despesas e receitas, mas, principalmente, pelo entendimento registrado no PMDI de ser a racionalização da máquina pública uma exigência da sociedade e condição necessária à qualidade do serviço público.

O início da implantação das regiões administrativas constituirá outro trabalho prioritário em 1996, conforme projeto já aprovado por esta Casa no ano passado.

Por outro lado, a reforma fiscal e tributária que se tornou ainda mais urgente pelas adversidades financeiras desses últimos tempos é inadiável. A elevação da receita própria do Estado, por meio de diversos projetos já em andamento, é o nosso maior desafio para 1996, complementando a reforma administrativa, ambas sintonizadas com os objetos de longo prazo definidos no PMDI e com os requisitos estabelecidos em nível federal no contexto do programa de apoio financeiro aos Estados.

Além disso, neste ano, várias ações ligadas à desoneração do Estado que vinham sendo estruturadas em 1995 pela então criada Comissão Estadual de Desestatização deverão ser concretizadas. Entre essas ações, por exemplo, encontra-se a privatização do Credireal e o Plano de Concessões de Transportes; este último norteará as ações no campo dos transportes nos próximos anos.

2 - Atendendo-se ao programa estruturante Eixos Estratégicos de Transportes, em 1996 deverão ser implementadas etapas importantes do projeto de duplicação da Fernão Dias. Além disso, terão prosseguimento estudos com vistas à duplicação do trecho BH-Ipatinga e os trabalhos já em curso referentes à consolidação do Corredor Centro-Leste, no que se inclui o ramal Pirapora-Unai. Quanto a este último, em 1995 e neste início de ano, foram concluídas etapas importantes referentes aos seus projetos técnicos, o que certamente permitirá que o processo de licitação inicie-se ainda em 1996.

3 - No contexto do programa estruturante Ciência e Tecnologia, no final de 1995 encerrou-se o processo de definição das seis missões tecnológicas. São elas: Gemas e Jóias; Melhoria do Rebanho e Saúde Animal; Aquicultura, Biotecnologia; Florestas Renováveis e Processamento de Resíduos e Rejeitos Poluidores.

Em março deste ano terão início os estudos e trabalhos específicos ligados a cada uma dessas missões, que envolverão não somente os que oferecem tecnologia, mas também diversos organismos e segmentos usuários e demandantes.

Ainda no campo da ciência e tecnologia, a regularização do fluxo de recursos à FAPEMIG e as reformulações e revisões de procedimentos permitirão que, a partir deste ano, se inaugure uma nova fase no relacionamento entre a FAPEMIG, os órgãos de pesquisa e empresas, no Estado, em prol do desenvolvimento tecnológico.

4 - O programa Educação Básica de Qualidade para Todos mereceu importantes ações em 1995, conforme está relatado na mensagem. Em 1996, em seu 5º ano de implantação, o programa dará continuidade aos vários projetos que traduzem o compromisso de Minas Gerais com o sucesso do aluno, legítima aspiração e objetivo primordial da Escola.

5 - Com relação ao programa estruturante Saúde Pública, o ano que se inicia será dedicado, principalmente, aos trabalhos de consolidação dos 33 consórcios de saúde já implantados e à ampliação do Programa de Saúde da Família das atuais 42 equipes para 442 em todo o Estado, beneficiando 1.600.000 pessoas e dando prosseguimento ao processo de substituição do atendimento assistencial pelo preventivo. Será priorizada também a descentralização do sistema de urgência e emergência, através da utilização de 38 hospitais regionais de cidades-pólo e de sedes de região administrativa.

6 - Por último, entre os programas estruturantes, o de Aproveitamento de Recursos Hídricos para Irrigação das Bacias dos Rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, que, neste ano, deverá observar importantes avanços, tanto com relação aos projetos técnicos quanto do ponto de vista das negociações de recursos necessários à continuidade dos que já estão em andamento e ao início da implantação dos novos núcleos.

Há, ainda, outras ações e iniciativas já em curso, destacadas na mensagem, e que, obviamente, terão continuidade em 1996, e outras que estão, neste momento, em fase inicial. Todas com ligações diretas com as estratégias e diretrizes definidas no PMDI.

Assim, por exemplo, o Programa Estadual de Emprego, em discussão com o Ministério do Trabalho, usará recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador para a qualificação e o aperfeiçoamento profissional. Também contando com recursos do FAT, o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER -, em níveis urbano e rural, será agilizado neste ano. Ambos respondem por um dos mais graves problemas da atualidade - o desemprego - e, portanto, vêm merecendo todo o empenho da equipe de Governo.

Também como estratégia de geração de emprego e renda podem ser destacados o Programa de Qualidade do Café, o Pró-Cachaça e o Programa de Novilho Precoce, importantes iniciativas em curso no setor agropecuário, que terão prosseguimento em 1996.

Por sua vez, o Programa de Mobilização de Comunidades pretende firmar, até o final do ano aproximadamente mil convênios, beneficiando cerca de 300 mil pessoas em todo o Estado.

Finalmente, destaco como importante iniciativa do Governo no ano passado, e cujos resultados já começarão a produzir efeitos neste ano, a Lei nº 12.040, de dezembro de 1995, que trata dos novos critérios de distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios.

Essas são, portanto, Srs. Deputados, algumas das principais ações que a atual administração vem realizando ou que estão programadas para 1996. A essas se acrescentam, naturalmente, as ações permanentes dos diversos órgãos e entidades governamentais que, nos termos do PMDI, deverão ter como norte a busca de resultados e de eficiência na utilização dos escassos recursos públicos.

Em nome do Sr. Governador e de sua equipe de trabalho, da qual faço parte, apresento a V. Exa., Sr. Presidente, e aos nobres Deputados agradecimentos pelo clima de entendimento e colaboração que pudemos estabelecer em 1995 e votos de que o trabalho desta Assembléia, neste ano que se inicia, seja grandioso.

PALAVRAS DO SR. PRESIDENTE

Abrimos os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura sob o signo de novidades que é preciso assimilar, compreender e tomar como base para ações futuras.

O sucesso indiscutível do plano de estabilização econômica tirou dos ombros das camadas mais pobres da população o ônus insuportável do imposto inflacionário, um tributo iníquo porque sempre penalizou, de forma brutal, os mais indefesos. Bastaria o aumento nos indicadores de consumo dos alimentos da cesta básica para mostrar que estamos no caminho certo.

O Plano Real, ao corrigir distorções que prevaleceram durante décadas, evidenciou a fragilidade tanto do modelo econômico anterior como do modelo de Estado até então vigente.

Somemos a isso fenômenos como a globalização, o desemprego estrutural, o acirramento da concorrência num mundo em que as fronteiras nacionais se tornam mais tênues. Teremos, então, um esboço dos desafios que enfrentaremos num futuro próximo.

Jovem ainda, se comparado às nações européias, o Brasil chegou à maturidade político-institucional e se candidata a uma posição de liderança entre os países emergentes. Nesse contexto, estamos sendo obrigados a nos desfazer rapidamente das ilusões alimentadas pelo artificialismo de uma economia de laboratório para encarar uma fase de estabilidade e realismo. É fato que o momento exige ajustes e

sacrifícios. Estes últimos, entretanto, passam a ser repartidos de modo mais eqüitativo.

No mundo que se anuncia, sobreviverão, apenas, os que souberem adequar-se à nova realidade. E, se essa exigência se aplica ao universo das forças produtivas, com muito mais razão impõe-se à atividade política.

Precisamos exorcizar de vez o fantasma do Estado perdulário e paternalista, pródigo em conceder benefícios e em atender a interesses corporativos às custas do contribuinte e da população em geral. É imperioso eliminar déficits, ajustar a despesa à receita, mediante uma prática administrativa que não comporte privilégios. Só assim, o Estado irá recuperar sua capacidade de investir em educação, saúde, habitação e segurança.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, antecipando-se aos novos tempos, vem experimentando um processo de mudanças, o que fez dela um exemplo para as instituições congêneres. É nossa responsabilidade continuar apontando caminhos em busca do aprofundamento das transformações que iniciamos.

O momento presente pede redimensionamento do Estado e contenção das despesas públicas; essa preocupação já se incorporou à nossa cultura. Nosso esforço para otimizar a utilização dos recursos, reduzir os custos e aumentar a produtividade já mostrou seus primeiros e animadores resultados e deve ter continuidade.

O Poder Legislativo experimentará, em 1996, uma diminuição de gastos da ordem de 19%, resultante das medidas de contenção, entre as quais, a redução de 15% das posições gerenciais da Casa, a extinção de duas secretarias, a redução de substituições e iniciativas na área de controle de despesas de custeio. Tais medidas fazem parte de um processo que se vem desenvolvendo há mais de uma década. A reavaliação dos quadros dos gabinetes parlamentares implicou o corte de 204 cargos e 408 funções exercidas por prestantes, num total de 612 exonerações ou dispensas. O quadro de funcionários da área administrativa experimentou um corte de 73 cargos em comissão.

Fomos pioneiros na adoção da exigência de dez anos de exercício para a aposentadoria de nossos servidores nos seus respectivos cargos, dispositivo que só agora está entrando em discussão na proposta de reforma da Previdência.

O apelo aos mecanismos da negociação e do diálogo para superar impasses é prática comum entre nós. O Legislativo mineiro consolidou sua posição de interlocutor privilegiado da sociedade e do Governo no processo de formulação de políticas públicas para o Estado. O Palácio da Inconfidência tornou-se o fórum de debates sobre as grandes questões mineiras e nacionais. Todos os projetos, sejam originados nesta Casa ou no Executivo, têm sido discutidos exaustivamente, com a presença de Secretários de Estado e de representantes da sociedade civil. É nosso intuito assegurar o prosseguimento desse diálogo.

No segundo semestre do último ano, solicitamos à Vox do Brasil uma pesquisa de opinião pública em todo o Estado para conhecer o que pensa a população a respeito do trabalho institucional da Assembléia Legislativa e da atuação dos parlamentares. Os dados, que serão divulgados a partir de hoje, mostram-nos que a avaliação que os mineiros fazem do seu parlamento e dos seus Deputados é francamente positiva, o que reforça a crença de que estamos no caminho certo.

A sessão legislativa que ora se inicia promete trabalho.

O calendário institucional aprovado pela Mesa da Assembléia prevê para o primeiro semestre a realização de pelo menos cinco grandes eventos. Deverão acontecer três ciclos de debates: um sobre a legislação eleitoral, outro a respeito de orçamento, fiscalização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e um terceiro sobre agroindústria. Haverá também reuniões com as comissões de representação das audiências públicas regionais para avaliar a execução das propostas incluídas no orçamento de 1996 e promover discussão a respeito do orçamento de 1997. Está agendado um fórum técnico sobre a questão do lixo urbano e rural.

Para o segundo semestre foram programados um seminário legislativo sobre saúde e a realização da Conferência Parlamentar do São Francisco, da qual se esperam resultados conclusivos para a solução dos múltiplos problemas da bacia do rio da integração nacional.

Anunciam-se também a discussão e a votação de projetos importantes que permitirão a adequação da máquina administrativa estadual às novas realidades nacionais.

A manutenção da estabilidade econômica, que colocou o alimento na mesa dos menos favorecidos, impõe e justifica medidas austeras. É um imperativo ético promover o corte de eventuais gorduras, cortar, se preciso, na própria carne, para evitar a volta da inflação descontrolada.

Entretanto, dever-se-á estar atento aos riscos de sucata da máquina estatal. As soluções apontam para a profissionalização do servidor e para a valorização dos bons profissionais, de modo a melhorar suas condições de trabalho. Só assim poder-se-á, dispendo-se de uma estrutura enxuta e eficiente, oferecer à sociedade serviços adequados, quantitativa e qualitativamente.

O período será decisivo para que este Poder crie mecanismos para ocupar definitivamente seu espaço como fiscal e avaliador da execução das políticas públicas.

A julgar pelo que ocorreu em 1995, Plenário e comissões estarão envolvidos num ritmo intenso de atuação.

Por outro lado, a Assembléia não se pode fazer ausente do debate sobre as grandes questões nacionais, como a reforma da Constituição e o problema do desemprego, que começa a assumir proporções inquietadoras.

A cada dia torna-se mais patente a necessidade da presença mais atuante de Minas no processo decisório nacional. Buscá-la com firmeza é tarefa de que não nos é permitido eximir.

Como se pode ver, são muitos os desafios. Conhecemos bem os representantes do povo das Gerais com assento neste Plenário e temos a certeza de que estarão à altura das missões que nos esperam em 1996. Sabemos que encontrarão fórmulas para atender tanto às solicitações da atividade parlamentar quanto ao crescimento das demandas das comunidades locais, crescimento natural em ano de eleições.

Temos a convicção de que, com responsabilidade e competência, estarão à altura do novo fazer político que se impõe em tempos de estabilidade e realismo: um estilo de prática parlamentar ancorado na realidade, atento ao possível, aberto ao diálogo, capaz de cultivar a confiança nos destinos desta terra.

Ao abrir a presente sessão legislativa, dirigimos uma convocação aos colegas Deputados, a nossos colaboradores do corpo funcional da Casa, à imprensa, à sociedade civil organizada e aos cidadãos de Minas Gerais para que possamos fortalecer mais e mais essa parceria que se tem revelado tão fecunda.

Este Estado, por sua situação geopolítica, por seus recursos naturais, por sua riqueza cultural, por sua condição de sintetizador da nacionalidade brasileira e, especialmente, pelo valor de sua gente, está destinado a ver, muito em breve, realizado seu grande destino. Cremos, firmemente, em que entre os artífices das conquistas que estão por vir está uma classe política consciente de seu papel e um povo que vem crescendo constantemente na consciência e no exercício da cidadania.

Aguardamos, com ansiedade, o momento em que, vencida a etapa de reformas, consolidada a governabilidade, possamos entrar num período de realizações concretas em que apareçam, mais palpáveis, as ações de Governo.

Não há, portanto, o que temer. Com a ajuda de Deus, em parceria com nossa gente, saberemos ser fiéis à vocação grandiosa desta terra.

Agostinho Patrús

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados o agradecimento deste Poder por seu comparecimento e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Agostinho Patrús, Wanderley Ávila, Ermano Batista, Maria José Haueisen e Ibrahim Jacob, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende e Marcos Helênio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, e do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar processos de prestação de contas da aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Clêuber Carneiro, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Escola de Música União São Bentense, Prefeitura Municipal de Romaria, Associação Comunitária Santana da Vila Pinho, Centro Social da Vila São Francisco de Assis, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Assistência Social da Paróquia de Juruáia, Associação Hospitalar de Jeceaba, Centro Artístico-Cultural de Congonhas, Associação Comunitária de Trabalho e Artesanato do Caburu, Associação de Surdos de Contagem, Conselho Comunitário do Centro Social Urbano, Associação Desportiva Classista Frigoarnaldo, Caixa Escolar Dr. João Nogueira de Almeida, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Patos de Minas, Prefeitura Municipal de Cristina, Prefeitura Municipal de Cristina, Conselho de Desenvolvimento Rural de Setubinha, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riachão Pajeú, Associação Comunitária Renovadora dos Produtores Rurais de Tocantins, Serviço de Amparo, Recuperação e Assistência Social - SEARAS -, Conselho Particular de Pains da SSVP, Centro Comunitário Jardim Ipê, Dea Marly e Redenção, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Meia Laranja, Conselho

Comunitário São Geraldo, Fraternidade Espírita Irmão Glacus, Associação de Moradores do Conjunto Habitacional José Manoel da Silva, Prefeitura Municipal de Juramento, Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, Obra Social da Comunidade de Santo Antônio, Caixa Escolar Eurípedes Lopes, Ação Comunitária de Senador Cortes, Conselho Particular de Mantena da SSV, Santa Cruz Futebol Clube, Prefeitura Municipal de Itueta, Associação Atlética Itaguareense, Comunidade Paroquial de Timóteo, Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Cruz de Macaúbas, Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas de Santa Vitória, Conselho de Desenvolvimento de Santa Rosa de Lima, Animação Pastoral e Social no Meio Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Carmelo, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio da Serra, Associação de Senhoras de Rotarianos de Bonfinópolis de Minas, Creche A Pequena Casa de Maria, Machado Esporte Clube, Conselho Central do Divino Espírito Santo de Barbacena da SSV, Associação Comunitária Vila Risonha, Associação de Moradores do Bairro das Indústrias, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santos Reis, Coral Juvenil Alves Vilela, Associação Comunitária de Vila Risonha de São Romão, Associação de Assistência Comunitária e Ensino Profissionalizante, Associação de Esportes da Cidade do Jacinto, Centro Educativo Cândida Cabral, Associação Comunitária dos Amigos de Formiga, Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade, Grupo Teatral Transarte, Arce Futebol Clube, Sociedade Civil Seminário Sagrado Coração de Jesus, Conselho Comunitário Nova Esperança de Jacurutu, Associação Comunitária de Vila Risonha, Sociedade Roupeiro dos Pequenininhos, Ação Social São João Bosco, Montanha Futebol Clube, Prefeitura Municipal de Guiricema, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Prefeitura Municipal de Divino, Centro Comunitário Rural de São Pedro do Avaí, Ação Social São João Bosco, Conselho de Desenvolvimento do Rio do Peixe, Prefeitura Municipal de Cataguases, APAE de Caxambu. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, os processos são apreciados pela Mesa, sendo relatores da matéria os Deputados Wanderley Ávila, 1º Vice-Presidente, e Ermano Batista, 4º-Secretário, que emitem pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 21 de dezembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Maria José Haueisen - Antônio Júlio - Miguel Martini - Cléuber Carneiro - Romeu Queiroz - Geraldo Rezende.

ATA DA 34ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia vinte e um de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala nº 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Agostinho Patrús, Wanderley Ávila, Maria José Haueisen, Ermano Batista e Antônio Júlio, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Cléuber Carneiro, Romeu Queiroz e Geraldo Rezende, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. A seguir, informa que, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, e do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, o Presidente passa a palavra ao relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Cléuber Carneiro, que emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Creche Comunitária Dona Marta Carneiro, Associação dos Moradores e Proprietários da Vila Reis, Sociedade Dorense de Proteção à Maternidade e à Infância, APAE de Três Corações, APAE de Conceição do Rio Verde, Associação Evangélica Irmãos Filadélfia, Obra Social e Beneficente da Igreja Missionária Cristo Voltará, Grupo Cultural Semente do Vale, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João de Cima, Creche Menino Jesus de São Francisco de Sales, Sociedade de Amigos do Bairro Senhor dos Montes, Associação dos Moradores Pró-Melhoramento do Distrito de Santa Cruz, Associação de Desenvolvimento Comunitário de Resende Costa, Caixa Escolar Cândida Alvarenga Mendonça, Caixa Escolar Francisca Campos Guimarães, Caixa Escolar da Escola Estadual Zico Ferreira, Obras Sociais da Paróquia São João Evangelista, Associação Beneficente dos Moradores da Cabana, Associação de Assistência Social Francisco Mendes, Granja Adélia Esporte Clube, Santa Cruz Futebol Clube, Associação Desportiva Classista Frigoarnaldo, Associação Sanjoanense dos Portadores de Deficiência, Carandaí Sport Club, Associação Comunitária de Açucena, APAE de Piumhi, Obras Sociais da Paróquia de São José de Muzambinho, Sociedade Roupeiro dos

Pequeninos, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alvarenga, Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional José Manoel da Silva, Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Estiva, Centro Espírita André Luiz, Associação de Assistência Social Francisco Mendes, Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo, Associação Beneficente Santo Antônio de Pádua, Caixa Escolar São Francisco de Assis, Conselho de Desenvolvimento Comunitário Brasil Novo, Núcleo Assistencial Espírita Maria da Cruz, APAE de Prata, APAE de Estrela do Sul, Associação dos Moradores do Bairro Custódio Pereira, Centro Comunitário Rural de Bebedouro, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tabuleiro e Marimbondo, Associação Comunitária de Curral de Dentro, Conselho Comunitário de Alto Boqueirão, Associação de Moradores do Conjunto Alvorada, Santa Casa de Misericórdia de Conquista, Caixa Escolar Branca Celeste Raso Assumpção, Prefeitura Municipal de Jaíba, Instituto de Reeducação Santa Terezinha, Ministério Koinonia, Associação Comunitária Esperança e Vida, Prefeitura Municipal de Córrego Novo, Hospital de Gimirim, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto, Centro Comunitário Pró-Morar Baixinha, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos do Município de Ressaquinha, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos do Bairro Vilela, Prefeitura Municipal de Rubim, Prefeitura Municipal de Rubim, União Pró-Melhoramento de Cuparaque e Adjacências, Associação de Moradores e Amigos do Bairro Icaivera, Associação de Pequenos Produtores Rurais de Machados, Associação de Pequenos Produtores Rurais de Areião, Associação das Comunidades de Ibiaí, Associação Comunitária Amigos do Cedro, Conselho Particular de Santo Antônio - Conselho Central Diocesano da SSVP de Sete Lagoas, Associação Comunitária dos Moradores de Vila e Várzea de Cima, Associação de Moradores do Bairro Jardinópolis, Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Comunidade de Lopes, Ação Social Técnica, Centro Educativo Comunitário Israel Pinheiro, Vila Esporte Clube, Conselho Comunitário de Habitação Popular da Segunda Seção do Bairro Felicidade, Cáritas Diocesana de Almenara, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Encachoeirado, Vila Esporte Clube, APAE de João Monlevade, Associação Comunitária Ação Social e Educacional do Médio Piracicaba, Associação de Caridade São Vicente de Paulo, Associação dos Moradores do Bairro da Estação, APAE de Carangola, Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Rio Pomba, Loja Maçônica Capitular Fraternidade Universal, Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, Prefeitura Municipal de Guiricema, Prefeitura Municipal de Guiricema, Prefeitura Municipal de Guiricema, Prefeitura Municipal de Perdizes, Associação de Cegos Louis Braille, Prefeitura Municipal de Porto Firme, Prefeitura Municipal de Santa Margarida, Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, Prefeitura Municipal de Volta Grande, Santa Casa e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, Fundação de Arte Coral Paulo VI. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa: relatores da matéria, os Deputados Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente, e Ermano Batista, 4º-Secretário, emitem seus pareceres mediante os quais concluem pela aprovação dos processos. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Por fim, o Deputado Ermano Batista emite seu parecer mediante o qual conclui pela rejeição das contas do Conselho Comunitário de Habitação Popular da 2ª Seção do Bairro Felicidade, o qual é aprovado pelos membros da referida Comissão e da Mesa da Assembléia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 15 de fevereiro de 1996.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Maria José Haueisen - Antônio Júlio - Miguel Martini - Cléuber Carneiro - Romeu Queiroz - Marcos Helênio.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 15/2/96

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 402/95, da Deputada Maria José Haueisen, na forma do vencido em 1º turno; 450/95, da Deputada Elbe Brandão, na forma do vencido em 1º turno.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 262/95

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer
Relatório

De autoria do Deputado Irani Barbosa, o projeto em tela visa a dar a denominação de Escola Estadual João Correa Armond à Escola Estadual do Bairro Sevilha II, localizada no Município de Ribeirão das Neves.

Aprovado o projeto no 1º turno, sem emenda, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos do art. 104, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Dar o nome de João Correa Armond à Escola Estadual do Bairro Sevilha II significa reconhecer o valor de uma pessoa a quem a comunidade do Município de Ribeirão das Neves, por suas ações, deve imensa gratidão.

Ratificando o parecer anterior emitido por esta Comissão, consideramos justa e oportuna a homenagem que se pretende fazer ao ilustre cidadão.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 262/95 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 1996.

João Leite, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/2/96, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, e 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.166, 1.174 e 1.271, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, conforme discriminado a seguir:

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando, a partir de 1º/2/96, Ismael Hassen Adra do cargo de Motorista, padrão AL-10.

Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues

tornando sem efeito ato publicado no "Diário do Legislativo" de 9/2/96, que nomeou Kenie Lúcia Ferro para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando Rony de Sousa Barbosa do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Kenie Lúcia Ferro para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Rony de Sousa Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Miguel Barbosa

exonerando, a partir de 15/2/96, os seguintes servidores: Ana Lúcia Domingues - Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13; Antônio Barbosa Cambraia - Assistente de Gabinete, padrão AL-23; Antônio Carlos Lacerda Ribeiro - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10; Antônio Fernando Martins - Atendente de Gabinete, padrão AL-05; Carlos Alberto Nogueira Bayão - Atendente de Gabinete, padrão AL-05; Ciangeli Clark - Atendente de Gabinete, padrão AL-05; Danilo Martins de Oliveira - Auxiliar de

Gabinete, padrão AL-13; Edenir Ribeiro Quadros - Atendente de Gabinete, padrão AL-05; Harley Fabiany Junqueira Cobra - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10; Humberto Libânio da S. Santos - Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39; José Samoel de Oliveira Reis - Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29; Leda Lima - Supervisor de Gabinete, padrão AL-25; Luciana Tessele Antunes - Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13; Maria das Graças Souza - Atendente de Gabinete, padrão AL-05; Patrícia Barbosa Costa Vieira - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10; Soraia Conceição Carlos - Secretário de Gabinete, padrão AL-18; Soraya Gizelle Duarte Lima - Atendente de Gabinete, padrão AL-05; Suzana Helena Alves Assis - Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13; Wânia Aparecida Vinhal - Assistente de Gabinete, padrão AL-23.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 62, I, c/c o § 3º do art. 6º, do Regimento Interno, a Presidência convoca o Sr. Mauro Lobo Martins Júnior para tomar posse no cargo de Deputado Estadual, no dia 16/2/96, às 9 horas, no Plenário desta Casa, em virtude da vaga ocorrida com a renúncia do Deputado José Ferraz.

Mesa da Assembléia, 15 de fevereiro de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 03256 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: PEQUENAS COMUNIDADES NOSSA SENHORA CARMO - MONTE CARMELO.

DEPUTADO: GILMAR MACHADO.

CONVÊNIO Nº 03257 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: CENTRO RECUPERACAO ALCOOLATRA - CENTRALINA - CENTRALINA.

DEPUTADO: GILMAR MACHADO.
